

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Concurso Público

Aplicação: 25/5/2008

Cargo:

1

Analista de Controle Externo

Especialidade:

Administração Pública e/ou de Empresas

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima e o seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém CEM questões, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenadas de 1 a 100, seguidas da prova discursiva e de espaço para rascunho.
- 2 O espaço para rascunho é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 A duração das provas é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- 8 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 9 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 10 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I **27/5/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **28 e 29/5/2008** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **18/6/2008** – Resultados final das provas objetivas e provisório da prova discursiva: Diário Oficial do Estado do Acre e Internet.
- IV **19 e 20/6/2008** – Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V **8/7/2008** – Resultado final da prova discursiva e convocação para a avaliação de títulos: Diário Oficial do Estado do Acre e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 13 do Edital n.º 1 – TCE/AC, de 2/4/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- Nas questões de 1 a 100, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nas questões que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destras e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões 1 e 2

1 Há umas ocasiões oportunas e fugitivas, em que o acaso nos inflige duas ou três primas de Sapucaia; outras vezes, ao contrário, as primas de Sapucaia são antes um
4 benefício do que um infortúnio.

Era à porta de uma igreja. Eu esperava que as minhas primas Claudina e Rosa tomassem água benta, para conduzi-
7 las à nossa casa, onde estavam hospedadas. Tinham vindo de Sapucaia, pelo Carnaval, e demoraram-se dois meses na corte. Era eu que as acompanhava a toda a parte, missas, teatros, rua
10 do Ouvidor, porque minha mãe, com o seu reumático, mal podia mover-se dentro de casa, e elas não sabiam andar sós. Sapucaia era a nossa pátria comum. Embora todos os parentes
13 estivessem dispersos, ali nasceu o tronco da família. Meu tio José Ribeiro, pai destas primas, foi o único, de cinco irmãos, que lá ficou lavrando a terra e figurando na política do lugar.
16 Eu vim cedo para a corte, donde segui a estudar e bacharelarme em São Paulo. Voltei uma só vez a Sapucaia, para pleitear uma eleição, que perdi.

19 Rigorosamente, todas estas notícias são desnecessárias para a compreensão da minha aventura; mas é um modo de ir dizendo alguma coisa, antes de entrar em matéria, para a qual
22 não acho porta grande nem pequena; o melhor é afrouxar a rédea à pena, e ela que vá andando, até achar entrada. Há de haver alguma; tudo depende das circunstâncias, regra que
25 tanto serve para o estilo como para a vida; palavra puxa palavra, uma idéia traz outra, e assim se faz um livro, um governo, ou uma revolução; alguns dizem mesmo que assim
28 é que a natureza compôs as suas espécies. (...)

Machado de Assis. *Primas de Sapucaia*. In: *50 contos de Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 250-1

QUESTÃO 1

Em relação às idéias e às estruturas lingüísticas do texto, assinale a opção correta.

- Ⓐ No primeiro parágrafo do texto, o autor apresenta um paradoxo, cuja compreensão é favorecida, no parágrafo seguinte, por argumentos que defendem o elo afetivo entre o autor e Sapucaia, ou seja, sua família.
- Ⓑ Na oração “em que o acaso nos inflige duas ou três primas de Sapucaia” (ℓ.1-2), a substituição de “em que” por **onde** manteria o sentido original e a correção gramatical do texto.
- Ⓒ No texto, as orações “que as minhas primas Claudina e Rosa tomassem água benta” (ℓ.5-6) e “que as acompanhava a toda a parte, missas, teatros, rua do Ouvidor” (ℓ.9-10) exercem a mesma função sintática e, por isso, têm a mesma classificação.
- Ⓓ No trecho “para conduzi-las à nossa casa” (ℓ.6-7), o sinal indicativo de crase poderia ser retirado, sem prejuízo para a correção gramatical do período.
- Ⓔ A conjunção “Embora” (ℓ.12) pode ser substituída por **Porquanto**, sem que seja alterado o sentido do texto ou prejudicada a sua correção gramatical.

QUESTÃO 2

Em relação às estruturas lingüísticas do texto, assinale a opção correta.

- Ⓐ No trecho “Meu tio José Ribeiro, pai destas primas, foi o único, de cinco irmãos” (ℓ.13-14), “pai destas primas” é uma oração explicativa e, por isso, está separada por vírgulas.
- Ⓑ No trecho “para pleitear uma eleição, que perdi” (ℓ.17-18), a omissão da vírgula manteria a correção gramatical e o sentido do texto.
- Ⓒ O pronome “qual” (ℓ.21) se refere a “porta” (ℓ.22).
- Ⓓ Na expressão “Há de haver” (ℓ.23-24), verifica-se o emprego impessoal do verbo haver na forma “Há”.
- Ⓔ No trecho “assim se faz um livro” (ℓ.26), a expressão “um livro” exerce a função de sujeito.

QUESTÃO 3

1 Há um combate pela verdade ou, ao menos, em torno
da verdade — entendendo-se que por verdade não quero
dizer “o conjunto das coisas verdadeiras a serem descobertas
4 ou aceitas”, mas “o conjunto de regras segundo as quais se
distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao que é
verdadeiro efeitos específicos de poder”; entendendo-se,
7 também, que não se trata de um combate em favor da verdade,
mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-
político que ela desempenha.

10 O problema político essencial para o intelectual não é
criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à
ciência nem fazer com que sua prática científica seja
13 acompanhada por uma ideologia justa; mas saber se é possível
constituir uma nova política da verdade. O problema não é
mudar a consciência das pessoas, ou o que elas pensam, mas
16 o regime político, econômico, institucional de produção da
verdade.

Michel Foucault. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 24.ª ed., p. 13-4 (com adaptações).

Assinale a opção correta em relação às idéias e a aspectos gramaticais do texto acima.

- A O trecho ‘o conjunto das coisas verdadeiras a serem descobertas ou aceitas’ (l.3-4) complementa o sentido da forma verbal “dizer” (l.3).
- B Em ‘o conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso’ (l.4-5), a correção gramatical do texto seria mantida se o trecho ‘as quais’ fosse substituído por **ao que**.
- C A correção gramatical e o sentido do texto serão mantidos caso se substitua “que estariam ligados à ciência” (l.11-12) por **a que estariam ligados a ciência**.
- D A correção gramatical e o sentido do texto seriam mantidos com a substituição do termo “da verdade” (l.14) pelo adjetivo **verdadeira**.
- E No texto, a oração “mudar a consciência das pessoas” (l.15) exerce a função sintática de sujeito.

Texto para as questões 4 e 5

1 As cenas de violência e desespero que tomaram conta
do mundo na semana passada mostram que a nova crise
responde por um nome: comida. Egito, Filipinas, Indonésia e
4 Costa do Marfim sofreram ondas de saques em busca de
alimentos. Na Tailândia, tropas foram mobilizadas para conter
a invasão aos campos de arroz. O governo haitiano chegou a
7 ser deposto, devido à fúria da população que não consegue
comer. O quadro ganhou rápida resposta, com o envio de
mantimentos aos países afetados e muita retórica.

10 Em meio ao caos, o relator especial da Organização
das Nações Unidas (ONU) para o Direito à Alimentação,
Jean Ziegler, elegeu um culpado. “Uma política de
13 biocombustíveis que drena alimentos é a base de um crime
contra a humanidade”, disse o suíço. A mesma cantilena
foi repetida por outros órgãos multilaterais.

16 Em geral, cinco fatores estão atuando, em escala
mundial, nessa crise: o aumento da produção subsidiada de
biocombustíveis; o incremento dos custos com a alta do
19 petróleo, que chega a US\$ 114 o barril, e dos fertilizantes; o
aumento do consumo em países como China, Índia e Brasil;
a seca e a quebra de safras em vários países; e a crise
22 norte-americana, que levou investidores a apostar no aumento
dos preços de alimentos em fundos de *hedge*.

Foi de olho nessa situação que o diretor-geral do FMI
25 rompeu o silêncio constrangedor que pairava sobre os
escritórios de Washington. “Se os países decidem adotar
programas de biocombustíveis, quer o façam por segurança
energética, quer o façam por outros motivos, precisam olhar
28 com atenção quando temos chamados de emergência”, disse.
O recado veio mais explícito da boca do presidente do Banco
31 Mundial: “Há uma incongruência em manter programas de
subsídio ao mesmo tempo em que se têm tarifas, como é o
caso norte-americano”.

34 Na quarta-feira, 16, a União Européia anunciou que a
inflação dos alimentos em março ficou em 6,2%. No Brasil,
a FIPE divulgou que a inflação de alimentos chegou a 11,24%
37 em São Paulo. A redução nos estoques mundiais já chega a
400 milhões de toneladas, o menor nível em 30 anos. Esse
quadro, certamente, agravará disputas políticas e econômicas
40 nos próximos meses.

O mundo em guerra pelo pão. In: Istóé Dinheiro. 23/4/2008, p. 30-2 (com adaptações).

QUESTÃO 4

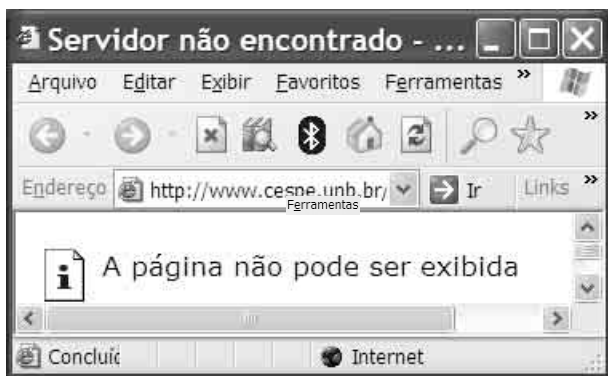
Com referência às estruturas lingüísticas do texto, assinale a opção correta.

- A Os vocábulos “suíço”, “vários” e “países” são acentuados de acordo com a mesma regra de acentuação.
- B Nos trechos “cinco fatores estão atuando, em escala mundial, nessa crise” (l.16-17), “e a crise norte-americana” (l.21-22) e “o diretor-geral do FMI rompeu o silêncio constrangedor...” (l.24-25), os termos sublinhados qualificam os nomes aos quais se referem.
- C No terceiro parágrafo, o emprego de ponto-e-vírgula introduz uma seqüência de enunciados.
- D No trecho ‘precisam olhar com atenção quando temos chamados de emergência’ (l.28-29), a substituição do termo ‘quando’ por **se** manteria a correção gramatical e o sentido do texto.
- E Devido à clareza dos argumentos, a linguagem do penúltimo parágrafo seria adequada para iniciar um memorando.


QUESTÃO 5

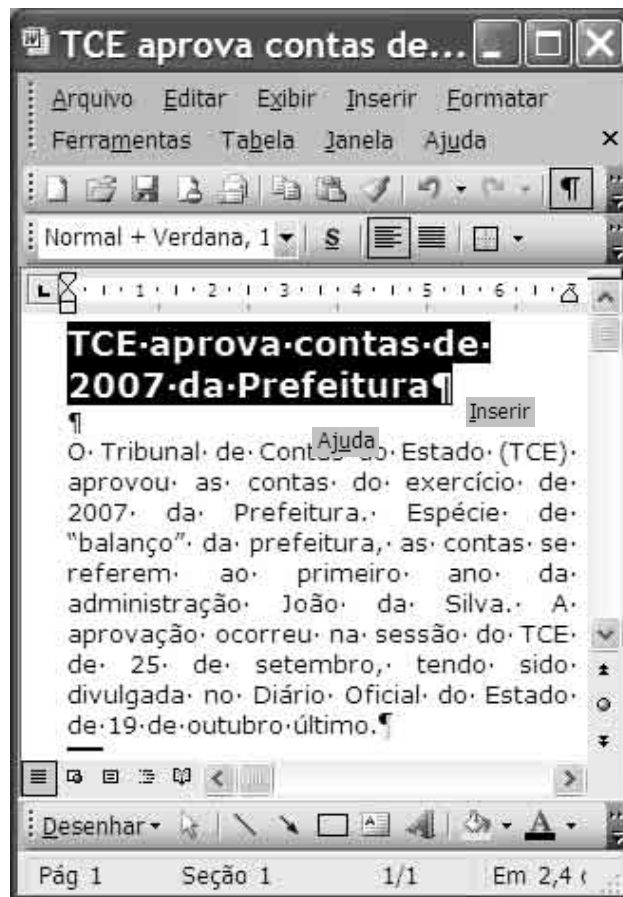
Em relação às idéias e aos aspectos morfosintáticos e semânticos do texto, assinale a opção correta.

- A De acordo com o texto, nos países pobres, a crise mundial de alimentos contraria os interesses econômicos dos investidores, que aplicam dinheiro em monoculturas agrícolas e em fundos de capitais.
- B No trecho “Na Tailândia, tropas foram mobilizadas para conter a invasão aos campos de arroz” (l.5-6), o conector “para” estabelece uma relação de consequência entre as ações verbais das orações.
- C Na linha 15, a expressão “outros órgãos multilaterais” exerce a função sintática de sujeito da forma verbal “foi repetida”.
- D No trecho “que levou investidores a apostar no aumento dos preços de alimentos em fundos de *hedge*” (l.22-23), a substituição de “apostar” por **apostarem** manteria a correção gramatical do texto.
- E No último parágrafo do texto, o autor demonstra que, na União Européia e no Brasil, não há crise relacionada a alimentos.





QUESTÃO 6

A janela do navegador Internet Explorer 6 apresentada acima foi exibida após uma tentativa de acesso ao sítio do CESPE/UnB. Sabe-se que existem distintas maneiras de se solucionar o problema apresentado por essa página. Considerando essas informações, assinale a opção que **não** apresenta procedimento adequado para a solução do referido problema.

- A Clicar o botão .
- B Certificar-se de que o endereço da página foi digitado corretamente na barra de endereços.
- C Clicar a ferramenta para identificar a configuração das páginas favoritas e clicar a opção Redefinir da guia Problemas.
- D Verificar as configurações da conexão selecionando Opções da Internet no *menu Ferramentas*. Na guia Conexões, clicar em Configurações.
- E Entrar em contato com o administrador da rede ou o provedor para identificar uma possível falha.

QUESTÃO 7

Considerando a figura acima, que mostra uma janela do aplicativo Word 2003 com um documento em edição, assinale a opção correta.

- A Ao se clicar o *menu* a , é apresentado um *menu* suspenso com a opção para os dicionários de sinônimos e antônimos.
- B Ao se clicar a ferramenta , o trecho em destaque do documento será sublinhado.
- C Para se inserir cabeçalho no documento apresentado, deve-se utilizar a opção Cabeçalho e rodapé do *menu Inserir*.
- D Ao se clicar a ferramenta , o trecho do texto em destaque será centralizado.
- E Ao se clicar a ferramenta , um novo parágrafo será inserido no texto.

QUESTÃO 8

	A	B	C
1	Contas do Governo		
2	Item	Valor Orçamento	Valor Real
3	Saúde	R\$ 234.500,00	
4	Educação	R\$ 123.400,00	
5	Infra	R\$ 90.800,00	
6	Segurança	R\$ 178.700,00	
7	Total		

Considerando a figura acima, que mostra parte de uma planilha em edição no Excel 2003, assinale a opção correta.

- A Considerando que o valor real do item Saúde é 40% do Valor Orçamento, a fórmula a ser inserida na célula selecionada para o cálculo desse valor é =B3+40%.
- B O valor total pode ser calculado clicando-se a ferramenta
- C Para que os itens sejam classificados em ordem alfabética, é suficiente clicar a ferramenta
- D Considerando que o Valor Real do item Educação equivalha a um terço do Valor Orçamento, uma fórmula que pode ser utilizada na célula C4 para o cálculo desse Valor Real é =B4/3.
- E Para se centralizar o conteúdo da célula A2, é suficiente clicar a ferramenta

QUESTÃO 9

Para a realização de cópias de segurança, deve-se

- A copiar periodicamente os arquivos importantes para discos diferentes e armazená-los, preferencialmente, fora do ambiente de trabalho.
- B realizar um *backup* incremental, ou seja, um *backup* que copia todo o conteúdo do disco rígido para outro local da rede.
- C armazenar os arquivos para *backup* na pasta Meus documentos, já que essa pasta possui mecanismo de *backup* automático.
- D usar o *backup* incremental automático dos discos removíveis.
- E manter o computador com antivírus atualizado, o que garante total segurança aos arquivos e *backup* periódico automático.

QUESTÃO 10

Com relação ao correio eletrônico, assinale a opção correta.

- A Uma das propriedades do Outlook Express é a varredura de vírus antes de encaminhar qualquer tipo de *e-mail*.
- B Antes de encaminhar uma mensagem, o Outlook Express compacta todos os arquivos anexos em um único arquivo chamado *e-mail.zip*.
- C Para receber um *e-mail*, o destinatário deve estar *online*.
- D Para utilizar o Outlook Express, é necessário que o serviço de *webmail* esteja funcionando.
- E Ao se enviar *e-mail* para um destinatário com cópia para outro destinatário, ambos receberão a mesma mensagem, inclusive os arquivos anexos enviados.

Texto para as questões de 11 a 14

Proposição é uma sentença que pode ser julgada como verdadeira — V —, ou falsa — F —, mas não como V e F simultaneamente. Letras maiúsculas do alfabeto são freqüentemente usadas para simbolizar uma proposição básica. A expressão $A \wedge B$ simboliza a proposição composta “A e B” e tem valor lógico V somente quando A e B forem V, nos demais casos, será F. A expressão $A \vee B$ simboliza a proposição composta “A ou B” e tem valor lógico F somente quando A e B forem F, nos demais casos, será V. A expressão da forma $\neg A$ é a negação da proposição A, e possui valores lógicos contrários aos de A.

A expressão $A \rightarrow B$ é uma proposição composta que tem valor lógico F somente quando A for V e B for F, e nos demais casos, será V, e pode ser lida como: “se A então B”.

Uma argumentação lógica correta consiste de uma seqüência finita de proposições, em que algumas, denominadas premissas, são V, por hipótese, e as demais, as conclusões, são V por conseqüência da veracidade das premissas e de conclusões anteriores.

QUESTÃO 11

Considere que as seguintes proposições são premissas de um argumento:

- ◆ César é o presidente do tribunal de contas e Tito é um conselheiro.
- ◆ César não é o presidente do tribunal de contas ou Adriano impõe penas disciplinares na forma da lei.
- ◆ Se Adriano é o vice-presidente do tribunal de contas, então Tito não é o corregedor.

Com base nas definições apresentadas no texto acima, assinale a opção em que a proposição apresentada, junto com essas premissas, forma um argumento correto.

- A Adriano não é o vice-presidente do tribunal de contas.
- B Se César é o presidente do tribunal de contas, então Adriano não é o corregedor.
- C Se Tito é corregedor, então Adriano é o vice-presidente do tribunal de contas.
- D Tito não é o corregedor.
- E Adriano impõe penas disciplinares na forma da lei.

QUESTÃO 12

Ainda com base nas definições do texto, é correto afirmar que a proposição simbolizada por $((\neg A) \vee B) \wedge (A \vee (\neg B))$ possui os mesmos valores lógicos que a proposição simbolizada por

- A $(B \rightarrow A) \vee (\neg A \rightarrow \neg B)$.
- B $(B \vee A) \vee ((\neg A) \vee (\neg B))$.
- C $(B \wedge A) \vee ((\neg A) \wedge (\neg B))$.
- D $(B \vee A) \vee (\neg A \rightarrow \neg B)$.
- E $(B \rightarrow A) \vee (\neg A) \vee (\neg B)$.

QUESTÃO 13

Considere que as proposições abaixo sejam premissas de determinado argumento:

- ◆ Se Roberto é brasileiro, então Roberto tem plena liberdade de associação.
- ◆ Roberto não tem plena liberdade de associação ou Magnólia foi obrigada a associar-se.
- ◆ Se Carlos não interpretou corretamente a legislação, então Magnólia não foi obrigada a associar-se.

Assinale a opção que correspondente à proposição que é verdadeira por consequência da veracidade dessas premissas.

- A Roberto não é brasileiro nem tem plena liberdade de associação.
- B Se Roberto é brasileiro, então Carlos interpretou corretamente a legislação.
- C Se Carlos não interpretou corretamente a legislação, então Roberto é brasileiro.
- D Carlos interpretou corretamente a legislação ou Magnólia foi obrigada a associar-se.
- E Se Magnólia foi obrigada a associar-se, então Roberto não tem plena liberdade de associação.

QUESTÃO 14

A	B	C
V	F	V
F	V	F
V	F	F

Considere a tabela acima, que contém valorações de proposições simples A, B e C. Nesse caso, assinale a opção correspondente à proposição composta a partir de A, B e C que é sempre V para cada linha de valorações de A, B e C conforme a tabela.

- A $[A \wedge (\neg B) \wedge C] \vee [(\neg A) \wedge B \wedge (\neg C)] \vee [A \wedge (\neg B) \wedge (\neg C)]$
- B $[A \wedge B \wedge C] \vee (\neg A) \wedge B \wedge (\neg C) \vee [A \wedge (\neg B) \wedge (\neg C)]$
- C $[A \wedge (\neg B) \wedge C] \vee [A \wedge B \wedge (\neg C)] \vee [A \wedge (\neg B) \wedge (\neg C)]$
- D $[A \wedge (\neg B) \wedge C] \vee [(\neg A) \wedge B \wedge (\neg C)] \vee [(\neg A) \wedge B \wedge C]$
- E $[A \wedge B \wedge C] \vee [(\neg A) \wedge B \wedge C] \vee [A \wedge (\neg B) \wedge (\neg C)]$

QUESTÃO 15

2		1			3
	6	5	2		
4		6	3	1	5
1	5		6		4
	3	4	1		2
5	1		4	3	6

A tabela acima deve ser preenchida com os algarismos de 1 até 6, de modo que em cada linha e em cada coluna não se repitam algarismos, e que em cada uma das tabelas menores de 2 linhas e 3 colunas cada, que divide a tabela original em 6 tabelas menores, apareçam todos os 6 algarismos de 1 a 6. Um preenchimento correto para essa tabela permite concluir que os elementos da 5.ª coluna, A, B, C, D, E e F, nomeados, respectivamente, da 1.ª linha até a 6.ª linha, são tais que

- A $A \times B = E \times F + C + D$.
- B $A \times D = B + C + E + F$.
- C $A \times E = (B + C) \times (D + F) + 1$.
- D $A + B + C = D + E + F + 1$.
- E $A \times D \times F = (B + C) \times E$.

RASCUNHO

QUESTÃO 16**RASCUNHO**

Os sócios Luís e Antônio repartiram o lucro de R\$ 6.900,00 obtidos na realização de uma negociação. A partilha foi feita de forma diretamente proporcional ao capital que cada um deles investiu. Luís investiu R\$ 5.400,00 a mais que Antônio e obteve um lucro correspondente à soma de 120% do obtido por Antônio e R\$ 300,00. Nessa situação, a quantia investida por Antônio rendeu um lucro

- A** inferior a 10%.
- B** superior a 10% e inferior a 15%.
- C** superior a 15% e inferior a 20%.
- D** superior a 20% e inferior a 25%.
- E** superior a 25%.

QUESTÃO 17

Acerca de taxas de juros, julgue os itens seguintes.

- I Se um capital, investido no regime de juros compostos durante 5 meses, rende, de juros, uma quantia igual ao valor aplicado, então a taxa mensal de juros dessa aplicação é igual a $2^{\frac{1}{5}} - 1$.
- II No regime de juros compostos, a taxa trimestral equivalente à taxa de 15% ao ano é igual a $1,15^{\frac{1}{3}} - 1$.
- III Considere que uma loja de eletrodomésticos ofereça as seguintes opções para a compra de uma geladeira: pagamento do preço à vista só daqui a 6 meses; ou 20% de desconto sobre o preço à vista se o pagamento for feito no momento da compra. Nesse caso, a taxa mensal de juros compostos cobrada por essa loja é igual a $1,25^{\frac{1}{6}} - 1$.
- IV Considerando-se que a quantia de R\$ 10.000,00 tenha sido aplicada durante 1 ano à taxa de juros real de 10% ao ano, é correto afirmar que, se, nesse período, a inflação fosse de 25%, então a taxa aparente da aplicação, no período, seria de 37,5%, ou seja, o montante da aplicação, ao final do ano, corresponderia a R\$ 13.750,00.
- V No regime de juros compostos, a taxa de juros anual equivalente à taxa nominal anual de 24% capitalizada quadrimestralmente é igual a $1,08^3 - 1$.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.
- E** 5.

QUESTÃO 18**RASCUNHO**

Em um tribunal, foram analisados 76% dos processos de um lote. Se tivessem sido analisados mais 24 processos, a taxa percentual de processos analisados desse lote subiria para 82%. Nesse caso, a quantidade de processos desse lote é

- A inferior a 370.
- B superior a 370 e inferior a 420.
- C superior a 420 e inferior a 470.
- D superior a 470 e inferior a 520.
- E superior a 520.

QUESTÃO 19

A quantia de R\$ 24.000,00 foi dividida em duas partes. A primeira foi investida à taxa de juros simples de 96% ao ano, durante 5 meses; a segunda foi investida à taxa de juros simples de 10% ao mês, durante 4 meses; os montantes produzidos pelos dois investimentos foram iguais. Em face dessas hipóteses, é correto afirmar que

- A as duas partes são iguais.
- B a segunda parte é maior que a primeira.
- C a primeira parte é superior a R\$ 15.000,00.
- D a segunda parte é inferior a R\$ 10.000,00.
- E a primeira parte é o dobro da segunda.

QUESTÃO 20

Um indivíduo investiu, no dia de hoje, R\$ 20.000,00 e, daqui a 3 meses, investirá mais R\$ 10.000,00, em uma instituição financeira que remunera os investimentos à taxa de juros compostos de 9% ao mês. Considerando 1,3 como valor aproximado para $1,09^3$, é correto afirmar que o montante, daqui a 6 meses, será

- A inferior a R\$ 36.000,00.
- B superior a R\$ 36.000,00 e inferior a R\$ 39.500,00.
- C superior a R\$ 39.500,00 e inferior a R\$ 43.000,00.
- D superior a R\$ 43.000,00 e inferior a R\$ 46.500,00.
- E superior a R\$ 46.500,00.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

QUESTÃO 21

Os princípios orçamentários são premissas e linhas norteadoras de ação a serem observadas na elaboração do orçamento público. A Lei n.º 4.320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal (DF), determina a obediência aos princípios de unidade, universalidade e anualidade.

Tendo o texto acima como referência inicial, assinale a opção correta acerca dos princípios orçamentários.

- Ⓐ O princípio da unidade permite que o Poder Legislativo conheça, *a priori*, todas as receitas e despesas do governo e, assim, possa dar prévia autorização para a respectiva arrecadação e realização.
- Ⓑ Em consonância com os princípios da unidade e da universalidade, a Constituição Federal determina a inclusão, na Lei Orçamentária Anual (LOA), de três orçamentos: orçamento fiscal; orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto; e orçamento da seguridade social.
- Ⓒ O princípio da anualidade foi reforçado pela Constituição Federal, que proíbe a incorporação dos créditos especiais e extraordinários ao orçamento do exercício financeiro subsequente.
- Ⓓ Pelo princípio da anualidade, a LOA deve dispor das alterações na legislação tributária, que influenciarão as estimativas de arrecadação.
- Ⓔ De acordo com o princípio do equilíbrio, o orçamento deve conter todas as receitas e despesas referentes aos poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, sendo que esse princípio está consagrado na legislação brasileira por meio da Constituição Federal e da Lei n.º 4.320/1964.

QUESTÃO 22

Julgue os itens subseqüentes, relativos ao plano plurianual (PPA).

- I O instrumento de organização da ação governamental, que visa à concretização dos objetivos pretendidos, é mensurado por indicadores estabelecidos no PPA.
- II O PPA, cujo envio ao Congresso Nacional é de competência exclusiva do presidente da República, deverá estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. O presidente da República poderá remeter mensagem ao Congresso Nacional propondo modificação no PPA, após a votação na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
- III Os princípios que orientam o PPA são a identificação clara dos objetivos e das prioridades do governo, a integração do planejamento e do orçamento, a promoção da gestão empreendedora, a garantia da transparência, o estímulo às parcerias, a gestão orientada para resultados e a organização das ações de governo em programas.
- IV As metas devem ser quantificadas física e financeiramente para possibilitar o acompanhamento e a avaliação do PPA, bem como a apuração do custo unitário e total dos programas e ações do governo, de forma a permitir a avaliação do resultado.
- V As operações especiais que englobam as despesas em relação às quais não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, serão vinculadas a um programa específico constante do PPA.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I, II e V.
- Ⓑ I, III e IV.
- Ⓒ I, IV e V.
- Ⓓ II, III e IV.
- Ⓔ II, III e V.

QUESTÃO 23

A Lei n.º 4.320/1964 representa o marco fundamental da receita orçamentária. Acerca das receitas orçamentárias e extra-orçamentárias, assinale a opção correta.

- Ⓐ São receitas correntes as receitas tributária, patrimonial, industrial e diversa, excluindo-se as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas de capital ou em despesas correntes.
- Ⓑ Os restos a pagar do exercício serão computados na receita extra-orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.
- Ⓒ As receitas extra-orçamentárias são valores provenientes de toda e qualquer arrecadação que não figure no orçamento, mas que constitui renda do Estado.
- Ⓓ São receitas de capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão em espécie, de bens e direitos; além dos recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas classificáveis em despesas correntes.
- Ⓔ O *superavit* do orçamento corrente que corresponde à diferença entre receitas e despesas correntes é considerado receita corrente.

QUESTÃO 24

O governador eleito de determinado estado, com o objetivo de desconcentrar as atividades do Poder Executivo, decidiu implementar, no primeiro ano do seu mandato, secretarias regionais, criando estruturas que transferiram da capital para o interior parte do poder de decisão do Poder Executivo. Para funcionar, as secretarias regionais precisariam de uma estrutura mínima composta por secretário, secretário-adjunto, assessores, consultores e gerentes. A criação de secretarias regionais não estava prevista na época de elaboração do orçamento feito pelo seu antecessor e aprovado pela assembleia legislativa, para vigorar no primeiro ano do mandato do novo governador; portanto, não existia dotação orçamentária.

Considerando a situação hipotética descrita, assinale a opção correta.

- Ⓐ Para cobrir as despesas das estruturas das secretarias regionais, o governador pode ordenar o seu pagamento pelas secretarias já existentes na estrutura do governo.
- Ⓑ O governador pode usar o *superavit* financeiro apresentado no balanço patrimonial do exercício anterior por meio da abertura de crédito suplementar, desde que autorizado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), para atender às despesas das novas secretarias.
- Ⓒ As despesas das secretarias regionais podem ser cobertas com a criação de créditos especiais, autorizados pelo Poder Legislativo por meio de lei, desde que existam recursos disponíveis.
- Ⓓ A lei orçamentária vigente pode ser alterada por meio de crédito suplementar destinado a suprir as despesas nas secretarias criadas pelo governador.
- Ⓔ De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, o governador poderá abrir crédito extraordinário para atender às despesas das secretarias regionais, desde que promulgado nos oito primeiros meses do exercício.

QUESTÃO 25

Os estágios da realização da receita e da despesa pública são, nessa ordem,

- Ⓐ lançamento, arrecadação, recolhimento, empenho, liquidação e pagamento.
- Ⓑ pagamento, liquidação, empenho, recolhimento, arrecadação, lançamento.
- Ⓒ fixação, estimação, arrecadação, empenho, pagamento e liquidação.
- Ⓓ receita corrente, receita tributária, imposto, empenho, liquidação e pagamento.
- Ⓔ progressivo, regressivo, proporcional, empenho, liquidação e pagamento.

QUESTÃO 26

O termo seguridade social, inexistente na língua portuguesa até 1980, já era adotado desde 1935 nos Estados Unidos da América e desde 1940 na Europa capitalista para designar uma série de programas e serviços sociais. No Brasil, a partir da vigente Constituição Federal, o referido termo passou a designar um conjunto integrado de ações do Estado e da sociedade voltadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Tendo o texto acima como referência inicial, assinale a opção correta acerca do orçamento da seguridade social.

- Ⓐ O orçamento da seguridade social tem, entre as suas funções, a de reduzir desigualdades regionais, segundo o critério populacional.
- Ⓑ O orçamento da seguridade social abrange, além das entidades e órgãos da administração direta, os fundos instituídos pelo poder público e as fundações de assistência social sem fins lucrativos.
- Ⓒ A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação podem ser realizados de um órgão da esfera fiscal para outro da esfera da seguridade social, sem prévia autorização legislativa.
- Ⓓ A receita da seguridade social advinda do recolhimento das contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei incidente sobre a folha de salários será utilizada exclusivamente para pagamento de benefícios do regime geral da previdência social.
- Ⓔ O orçamento da seguridade social abrange todas as funções executadas pelas entidades e órgãos da administração direta ou indireta destinadas ao atendimento de políticas públicas nas áreas de assistência social, saúde, previdência social e trabalho.

QUESTÃO 27**RASCUNHO**

Determinado estado da Federação apresentou, ao final do primeiro quadrimestre civil, as despesas de pessoal conforme demonstrado na tabela que se segue, já somadas às despesas dos onze meses imediatamente anteriores, pelo regime de competência. No mesmo período, a receita corrente líquida registrou R\$ 100.000,00.

Despesas de pessoal em 30/4/2008

especificação	Poder Legislativo* (em R\$)	Poder Judiciário (em R\$)	Poder Executivo (em R\$)	Ministério Público (em R\$)
vencimentos	1.000	2.000	20.000	500
subsídios	100	300	5.000	400
vantagens pessoais fixas e variáveis	15	200	1.000	50
vantagens da aposentadoria e reformas	300	2.000	10.000	10
pensões	100	1.000	500	0
adicionais	50	100	400	0
gratificações	50	200	200	0
horas extras	100	200	100	0
contratos de terceirização de mão-de-obra de substituição de servidores públicos	280	1.000	10.000	0
indenização paga a servidores demitidos	700	1.400	0	0
incentivos à demissão voluntária	300	600	0	0

* incluído o tribunal de contas do estado

A partir da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta, considerando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — Lei Complementar n.º 101/2000 — para as despesas com pessoal.

- A O percentual de gastos com pessoal do Poder Executivo ficou em 47,20% da receita corrente líquida, cumprindo o limite prudencial imposto pela LRF e deixando uma ampla margem.
- B O Poder Legislativo, nos termos da LRF, atingiu o limite global de despesa com pessoal, devendo realizar corte de despesas nos dois quadrimestres seguintes.
- C O Poder Legislativo alcançou o limite prudencial para gastos com pessoal previsto na LRF, devendo reduzir em um terço essas despesas no primeiro quadrimestre seguinte.
- D Os gastos com pessoal do Poder Judiciário alcançaram 9% da receita corrente líquida, ultrapassando o limite global previsto na LRF.
- E Os gastos com indenização paga a servidores demitidos e os incentivos à demissão voluntária não são computados no atendimento aos limites fixados pelo art. 19 da LRF.

QUESTÃO 28

O art. 14 da Lei Complementar n.º 101/2000 delimita as condições para a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita. Segundo o § 1.º desse artigo, a renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Tendo o texto acima como referência inicial, assinale a opção correta no referente a renúncia da receita.

- A** A anistia é o ato que autoriza o perdão de penalidades por ilícitos fiscais, dispensando o pagamento de penalidades pecuniárias.
- B** O crédito presumido reduz a base de cálculo da incidência de determinado tributo.
- C** O subsídio é um incentivo financeiro desvinculado de qualquer tributo, por meio do qual são transferidas receitas públicas para o particular.
- D** A restituição é um incentivo de natureza fiscal e aparece no orçamento público sob a forma de receita.
- E** A isenção é o ato do Poder Executivo que dispensa o pagamento de tributos, em virtude da reduzida importância dos seus créditos ou das condições de determinada região geográfica.

QUESTÃO 29

Quanto ao ciclo orçamentário, assinale a opção correta.

- A** No âmbito estadual, cabe ao presidente da assembléia legislativa a proposição dos projetos de PPA, LOA e LDO.
- B** O ciclo orçamentário tem início com a elaboração do projeto de LDO, definindo diretrizes, objetivos e metas para o orçamento.
- C** No estado do Acre, o PPA, com suas modificações para o exercício seguinte, deverá ser encaminhado ao Poder Legislativo, para estudos, até o dia 30 de agosto, ficando este obrigado a devolvê-lo ao Poder Executivo no prazo máximo de 60 dias para sanção.
- D** O Poder Executivo publicará, até 60 dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- E** O ciclo orçamentário é composto por três leis (o PPA, a LDO e a LOA) e corresponde a um período de cinco anos, visando à continuidade das políticas públicas.

QUESTÃO 30

Julgue os itens subseqüentes, relativos a despesas vinculadas com educação.

- I** O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em vigor desde o dia 1.º/1/2007, substituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Enquanto o FUNDEF determinava a aplicação de, no mínimo, 60% dos recursos para remuneração dos profissionais do magistério do ensino fundamental, o FUNDEB determina a aplicação de, no mínimo, 60% dos recursos para remuneração dos profissionais do magistério da educação básica.
- II** A partir da promulgação da Constituição Federal, 25% das receitas dos impostos e transferências dos estados, do DF e dos municípios encontram-se vinculados à educação. Com a Emenda Constitucional n.º 14/1996, 60% desses recursos da educação passaram a ser destinados ao ensino fundamental, tendo como base para a partilha, entre o governo estadual e seus municípios, o número de alunos do ensino fundamental atendidos em cada rede de ensino. Com a Emenda Constitucional n.º 53/2006, a subvinculação das receitas dos impostos e transferências dos estados, do DF e dos municípios passou para 20% e sua utilização foi ampliada para toda a educação básica.
- III** Com a instituição do FUNDEB, é reforçada a obrigação constitucional dos estados, do DF e dos municípios de aplicar, no máximo, 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- IV** A fiscalização dos recursos do FUNDEB é realizada pelos tribunais de contas dos estados e municípios e, quando há recursos federais na composição do fundo em determinado estado, o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria Geral da União também atuam nessa fiscalização, nesse estado. A legislação também estabelece a obrigatoriedade de os governos estaduais e municipais apresentarem anualmente a comprovação da utilização dos recursos do fundo ao Tribunal de Contas, de acordo com instruções dessa instituição, que poderá também adotar mecanismos de verificação com periodicidades diferentes. Essa prestação de contas deve ser instruída com parecer do conselho.
- V** As despesas vinculadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino são aquelas destinadas ao uso e conservação de bens e serviços, remuneração e aperfeiçoamento dos profissionais da educação, além das despesas com programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e programas assistenciais destinados aos alunos e seus familiares.

Estão certos apenas os itens

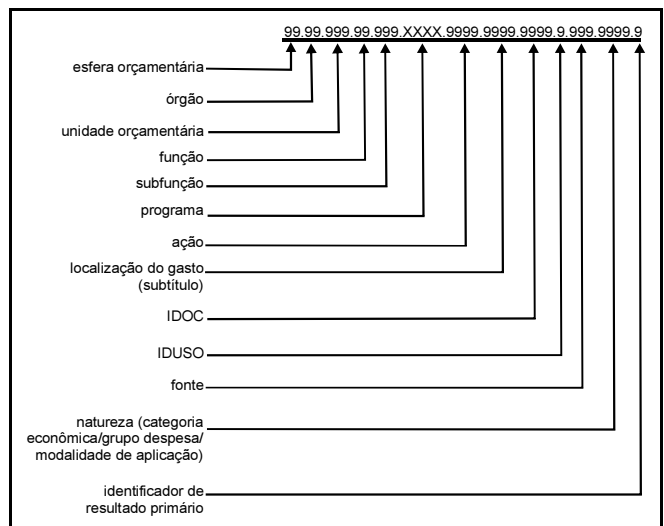
- A** I, II e III.
- B** I, II e IV.
- C** I, IV e V.
- D** II, III e V.
- E** III, IV e V.

QUESTÃO 31

O Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE/AC) afirmou que o prefeito de determinada cidade pode ser processado com base na LRF e até ser condenado à pena de reclusão, que varia de 1 a 4 anos. O parecer do TCE/AC fundamentou-se na análise das contas de 2004, quando ocorreram as eleições municipais, e afirma existir afronta ao art. 42 da LRF. Tal artigo veda ao titular do Poder Executivo contrair, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem disponibilidade de caixa para esse efeito. Esse fato ocorreu porque o prefeito, que foi reeleito, contraiu débitos junto ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município, cujas medidas regularizadoras adotadas nos exercícios posteriores não alteram o comprometimento das contas, conforme entendimento do TCE/AC. Dessa forma, o tribunal decidiu pelo encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público da comarca, uma vez configurada afronta às disposições do art. 42 da Lei Complementar n.º 101/2000, que pode ensejar sanção prevista na Lei de Crimes Fiscais (Lei n.º 10.028/2000).

Considerando a situação hipotética acima descrita e a LRF, assinale a opção correta.

- A** O art. 42 da LRF tem por objetivo inibir a inscrição, em restos a pagar, de despesas sem disponibilidade financeira, pertencentes aos últimos oito meses do exercício da legislatura que se finda, pois tais despesas podem gerar, para o sucessor eleito, dificuldades na execução do orçamento e na implantação de seu plano de governo. Na disponibilidade de caixa, serão considerados os encargos e as despesas compromissados a pagar até o final do exercício.
- B** Nos últimos dois quadrimestres do mandato do prefeito, é permitido praticar ato de empenho, que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, desde que não se crie a obrigação de o ente pagar integralmente a despesa no próprio exercício. Contudo, as parcelas a serem pagas no ano seguinte devem ser liquidadas com a disponibilidade de recursos deixados em caixa.
- C** Nos últimos quatro meses do ano, é permitido somente ao Poder Legislativo aumentar as despesas, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não podendo ultrapassar 5% do somatório da receita tributária e das transferências constitucionais.
- D** Uma alternativa para o prefeito a que a situação apresentada se refere seria a realização de uma operação de crédito por antecipação de receita, destinada a atender à insuficiência de caixa durante o exercício financeiro, cumprindo as exigências legais.
- E** Na situação hipotética em questão, a dívida contraída junto ao instituto de previdência municipal é considerada obrigatória e de caráter continuado se for realizada por ato administrativo normativo que fixe, para a prefeitura, a obrigação legal de sua execução por um período superior a quatro exercícios.

QUESTÃO 32

Considerando a classificação orçamentária mostrada na figura acima, que representa uma estrutura completa de programação orçamentária, assinale a opção correta.

- A** Os dois primeiros dígitos da figura indicam em que área da despesa a ação governamental será realizada.
- B** A classificação funcional, composta de funções e subfunções, é destinada a agregar os gastos públicos por área de ação governamental, independentemente dos programas, e passou a ser adotada pela União, pelos estados, pelo DF e pelos municípios.
- C** O termo “função”, listado na figura, indica o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa sob a responsabilidade do setor público, enquanto o termo “subfunção” identifica a natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções, possibilitando a conexão entre ação e subfunção.
- D** De acordo com a classificação institucional, representada na figura acima pelo segundo e terceiro agrupamento de dígitos, não existe hierarquia entre órgão e unidade orçamentária, excetuando-se os casos especiais.
- E** O identificador de resultado primário tem por finalidade auxiliar a apuração do resultado primário previsto no PPA, identificando, de acordo com a metodologia estabelecida na lei orçamentária, as necessidades de financiamentos dos entes da Federação.

QUESTÃO 33

Julgue os itens a seguir, relativos à prestação de contas e à transparência na gestão fiscal.

- I Os planos, os orçamentos e as leis de diretrizes orçamentárias estão entre os instrumentos de transparência da gestão fiscal.
- II As contas prestadas pelos chefes do Poder Executivo incluirão, além das suas próprias, as dos presidentes dos órgãos dos poderes Legislativo e Judiciário e do chefe do Ministério Público, as quais receberão parecer prévio, separadamente, do respectivo tribunal de contas.
- III Os tribunais de contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo de 60 dias do recebimento, se outro não estiver estabelecido nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais.
- IV A prestação de contas evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e do combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.
- V O relatório resumido de execução orçamentária abrange todos os poderes e o Ministério Público, sendo obrigatória a divulgação até 30 dias após o encerramento de cada bimestre.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

QUESTÃO 34

De acordo com a Constituição Federal, é vedada a apresentação de emendas parlamentares ao projeto de lei do orçamento que tratem de despesas sobre

- A transferências voluntárias para estados e municípios.
- B previdência social.
- C Poder Legislativo.
- D serviço da dívida.
- E tribunal de contas.

QUESTÃO 35

Em relação à execução orçamentária e financeira, assinale a opção correta.

- A O ano financeiro dura 12 meses, coincidindo ou não com o ano civil, enquanto o exercício financeiro inicia-se com o ano financeiro e encerra-se no ano seguinte.
- B As dotações consignadas aos créditos orçamentários e adicionais representam autorizações de despesas válidas para utilização no período de vigência da LOA. Para tanto, os recursos financeiros devem estar disponíveis para quitar as obrigações, devendo o Poder Executivo, no prazo de 60 dias após a publicação da lei orçamentária, estabelecer a programação financeira e o cronograma de desembolsos.
- C Na programação das cotas trimestrais, o Poder Executivo deve considerar no decreto orçamentário os créditos adicionais e as operações extra-orçamentárias, excetuando-se os restos a pagar.
- D A lei orçamentária é organizada na forma de créditos orçamentários, aos quais estão consignadas dotações. O crédito orçamentário é constituído pelo conjunto de categorias classificatórias e contas que especificam as ações e operações autorizadas pela lei orçamentária, enquanto a dotação é o montante de recursos financeiros com que conta o crédito orçamentário.
- E A movimentação dos recursos entre as unidades do sistema de programação financeira é executada por meio de cota, repasse, sub-repasse, sendo a cota a liberação de recursos do órgão setorial de programação financeira para unidades gestoras de um mesmo órgão ou entidade.

QUESTÃO 36

O processo de exame e julgamento de tomadas e prestações de contas anuais é expressão máxima do poder controlador do TCU exercido em auxílio ao Congresso Nacional. Considerando as normas constitucionais acerca de controle externo, assinale a opção correta em relação a esse tema.

- A Constatada a ocorrência de ilegalidade no ato concessivo de aposentadoria, é lícito ao TCU proceder a inovação no título jurídico de aposentado, ordenando correção posterior.
- B O Poder Judiciário, quando atua em caso que envolva improbidade administrativa, possui a competência para requerer inspeção e auditoria aos tribunais de contas, responsáveis pela verificação da legalidade da gestão governamental.
- C Compete ao Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem dos limites de delegação legislativa, bem como apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
- D O TCU tem competência para fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do que consta como sendo empresa controlada.
- E As contas dos ordenadores de despesas são julgadas pelo controle interno.

QUESTÃO 37

De acordo com a Constituição Federal e com as constituições estaduais e leis orgânicas municipais, assinale a opção correta considerando o julgamento das contas anuais.

- A** O Poder Judiciário deve remeter as suas contas para que o Poder Executivo as consolide e as apresente ao Tribunal de Contas, onde deverá ser feito parecer prévio, com liame de submissão.
- B** Considerando que é competência exclusiva do Congresso Nacional julgar as contas dos poderes da União, é correto afirmar que as contas do Poder Legislativo, referentes à atividade financeira desse poder, devem ser julgadas pelo próprio Poder Legislativo, com parecer prévio do TCU.
- C** As contas anuais do presidente da República são consolidadas e julgadas primeiramente pela Câmara dos Deputados e depois pelo Senado Federal. Caso sejam rejeitadas, poderão implicar o processo de *impeachment*.
- D** Se o Estado não prestar contas da administração pública à União, por inobservância ao princípio constitucional do dever de prestar contas, poderá sofrer a intervenção da União, que deverá ser requerida pelo Poder Legislativo.
- E** O prazo para o presidente da República prestar contas ao Congresso Nacional é elencado na Constituição Federal como competência privativa, cuja omissão acarretará crime de responsabilidade, podendo a Câmara dos Deputados instaurar a tomada de contas.

QUESTÃO 38

Determinado ordenador de despesa, após desviar recursos financeiros, teve suas contas julgadas pelo tribunal de contas como irregulares. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção **incorreta**.

- A** Essa decisão terá eficácia de título executivo extrajudicial de imediato, ainda que não inscrita na dívida pública.
- B** As decisões dos tribunais de contas constituem coisa julgada administrativa, não comportando mais alteração nessa mesma via; entretanto poderão ser alteradas na via judicial.
- C** Como o julgamento das contas tem por fundamento o princípio da proteção ao erário, o pagamento feito por terceiros em nome do devedor não poderá ser recusado.
- D** Após a tomada de contas especial, o tribunal poderá determinar o desconto da dívida na remuneração do servidor, seja ele ativo, inativo ou pensionista, independentemente da sua anuência.
- E** Os títulos gerados pela decisão do tribunal de contas serão exeqüíveis na Procuradoria do Ministério Público do tribunal.

QUESTÃO 39

Considerando a função do TCE/AC, sua natureza jurídica e a eficácia de suas decisões, assinale a opção correta.

- A** Conforme a doutrina majoritária, a natureza jurídica do TCE/AC é administrativa.
- B** As decisões do TCE/AC que importem em multa equivalerão a título executório.
- C** É função do TCE/AC decidir sobre recursos interpostos às suas decisões, após parecer da Assembléia Legislativa.
- D** A escolha do presidente do TCE/AC compete ao governador do estado.
- E** Conforme julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), não se admite o TCE/AC como parte legítima para recorrer, tendo em vista ser a procuradoria deste tribunal órgão administrativo. Dessa forma, a competência para se recorrer é da Procuradoria do Estado do Acre, órgão responsável pela representação judicial.

QUESTÃO 40

O Ministério Público Especial (MPE) junto ao TCE/AC é composto de cinco membros: um procurador-chefe e quatro procuradores. Tendo em vista a competência desse ministério, assinale a opção correta.

- A** O procurador-chefe do MPE pode comparecer às sessões do TCE/AC e opinar verbalmente ou por escrito em todos os assuntos sujeitos à decisão da referida Corte.
- B** O MPE fiscaliza a correta aplicação da lei, mas está impedido de aplicar, ainda que subsidiariamente, a sua lei orgânica.
- C** Procurador não poderá exercer competências de procurador-chefe.
- D** Incumbe ao procurador geral do estado a indicação dos procuradores para atuarem junto ao TCE/AC.
- E** Conforme entendimento do STF, o Ministério Público que atua junto ao TCU possui autonomia financeira e orçamentária e, pelo princípio da simetria, o mesmo ocorre com o MPE junto ao TCE/AC.

QUESTÃO 41

De acordo com a princípio da simetria, a Constituição do Estado do Acre estabelece que compete ao TCE/AC a apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal, bem como a legalidade dos atos para concessão de registro de aposentadoria. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

- Ⓐ Caso o TCE/AC venha a descobrir ilegalidade após a concessão de aposentadoria, deverá comunicar esse fato à Assembléia Legislativa para que esta determine a suspensão do ato, sobretudo por ser o referido tribunal órgão de apoio à Assembléia.
- Ⓑ No âmbito da administração municipal, os atos relativos à concessão de pensão, quando seus encargos são municipais, devem ser analisados pela câmara de vereadores no prazo de 30 dias e, em seguida, encaminhados ao TCE/AC.
- Ⓒ Quando o TCE/AC considerar ilegal ato de admissão de pessoal, o órgão de origem do ato deverá adotar as medidas reguladoras, sob pena de responder pelos pagamentos irregulares, porém sem interposição de multas.
- Ⓓ O registro de aposentadoria de um servidor estadual que cumpriu seu tempo de trabalho dentro da legitimidade e economicidade não será efetuado pelo TCE/AC.
- Ⓔ Da decisão proferida em processo concernente a ato sujeito a registro de pessoal só caberá pedido de reconsideração.

QUESTÃO 42

Considerando a Lei Orgânica do TCE/AC e seu Regimento Interno (RI-TCE/AC), assinale a opção correta.

- Ⓐ Qualquer associação ou sindicato poderá fazer denúncias ao TCE/AC. O sigilo dessas denúncias é garantido, independentemente da decisão definitiva sobre a matéria.
- Ⓑ Há casos previstos no RI-TCE/AC em que o relator de um processo pode, em decisão monocrática, após ouvir o Ministério Público, determinar o arquivamento do feito.
- Ⓒ Competem ao TCE/AC as decisões sobre consultas pertinentes a matéria de sua competência, as quais terão caráter normativo e consultivo e constituirão prejulgamento da tese ou do caso concreto.
- Ⓓ Denunciante e denunciado poderão requerer ao TCE certidão dos despachos e fatos, que deverá ser fornecida em 15 dias, a contar do final da apuração da denúncia.
- Ⓔ O TCE/AC pode representar ao poder competente sobre irregularidades e abusos apurados, indicando o ato inquinado, inclusive os solidários de secretários e prefeitos. Entretanto, não cabe ao tribunal a definição de responsabilidades, cuja competência é do titular do controle externo.

QUESTÃO 43

Considerando as funções dos tribunais de contas, assinale a opção correta.

- Ⓐ A função opinativa dos tribunais de contas se reveste de conteúdo vinculativo.
- Ⓑ A função sancionadora ocorre quando os tribunais de contas, por exemplo, efetuam recolhimento da multa proporcional ao débito imputado.
- Ⓒ A função de fiscalização dos tribunais de contas compreende as ações relativas ao exame e à realização de diligências relacionadas a recursos de alienação dos ativos.
- Ⓓ O julgamento das contas dos responsáveis por bens e valores públicos constitui função corretiva dos tribunais de contas.
- Ⓔ Assiste aos tribunais de contas o poder regulamentar, também chamado de normativo, que, em certos casos, pode ir além de sua competência e jurisdição.

QUESTÃO 44

Assinale a opção correta quanto ao julgamento e à fiscalização das contas pelo TCE/AC.

- Ⓐ Decisão preliminar em tomada de contas é aquela que não admite o sobrestamento do julgamento, ou a realização de diligências para saneamento do processo.
- Ⓑ A decisão terminativa ordena o trancamento das contas consideradas iliquidáveis por 5 anos, e, nesse período, só poderá haver desarquivamento se o Ministério Público Especial, de posse de novos elementos, o ordenar.
- Ⓒ A decisão definitiva é aquela pela qual o tribunal julga as contas regulares, regulares com ressalva ou irregulares. No caso de contas irregulares, o título executivo judicial ou extrajudicial basta para que seja efetuada a cobrança.
- Ⓓ As contas tidas como regulares com ressalva permitem quitação plena ao responsável, sem medidas de correção.
- Ⓔ O tribunal somente poderá autorizar o recolhimento devido ao final do processo.

QUESTÃO 45

Da decisão definitiva do TCE/AC em processo de tomada de contas só caberá recurso de revisão ao plenário, sem efeito suspensivo, interposto uma só vez e por escrito pelo responsável, seus sucessores, ou pelo Ministério Público Especial, dentro do prazo de 5 anos, desde que fundado em erro de cálculo nas contas, falsidade ou insuficiência de documentos que servirem de fundamento para o acórdão recorrido.

A assertiva acima apresentada é

- Ⓐ correta.
- Ⓑ incorreta, porque o recurso de revisão tem, necessariamente, efeito suspensivo.
- Ⓒ incorreta, porque o prazo para a interposição do recurso de revisão é de até dois anos.
- Ⓓ incorreta, porque somente o responsável poderá recorrer.
- Ⓔ incorreta, porque cabe recurso de revisão, inclusive no caso de superveniência de documentos novos com eficácia sobre a produção de provas.

QUESTÃO 46

A respeito das normas brasileiras para o exercício da auditoria interna, assinale a opção correta.

- A A auditoria interna está estruturada em procedimentos sem enfoque técnico, dado que sua finalidade é a de agregar valor à organização.
- B Em uma empresa, somente funcionários em caráter permanente e comissionados da alta direção que possuem subordinação à administração sob o aspecto funcional são considerados competentes para o exercício da auditoria interna.
- C Todos os procedimentos executados pela auditoria externa devem ser, obrigatoriamente, executados pela auditoria interna.
- D No planejamento da auditoria interna, é dispensado, por não ser fator relevante na execução dessa tarefa, o trabalho de especialistas.
- E Em situações de apuração de fraude, é legítima a emissão parcial do relatório oriundo da auditoria interna.

QUESTÃO 47

De acordo com as normas de auditoria, independentemente das demonstrações contábeis, o auditor deve adotar procedimentos apropriados para manter os papéis de trabalho por

- A dois anos, a partir da data do fim da auditoria.
- B três anos, a partir da data de emissão do seu parecer.
- C três anos, a partir da data do fim da auditoria.
- D cinco anos, a partir da data de emissão do seu parecer.
- E cinco anos, a partir da data do fim da auditoria.

QUESTÃO 48

Sabendo que a auditoria governamental visa avaliar a gestão pública e a aplicação de recursos públicos e considerando os modelos para elaboração de documentos no setor público, assinale a opção **incorreta**.

- A O registro das constatações de auditoria é um documento pós-auditoria destinado a registrar as verificações significativas detectadas no desenvolvimento dos trabalhos, com base em cada relatório de auditoria.
- B O relatório de auditoria é o documento por meio do qual os resultados dos trabalhos realizados são levados ao conhecimento das auditorias competentes.
- C A nota de auditoria é o documento destinado a dar ciência ao gestor da área examinada, ao final dos exames, das impropriedades ou irregularidades detectadas, proporcionando, assim, maior suporte à opinião do auditor na emissão do seu parecer de auditoria.
- D O parecer de auditoria tem como finalidade consignar qualquer irregularidade constatada, indicando as medidas a serem adotadas para corrigir as falhas identificadas.
- E O certificado de auditoria é o documento que representa a opinião dos membros do sistema de controle interno sobre a exatidão e a regularidade da gestão, além da adequabilidade das peças examinadas.

QUESTÃO 49

Assinale a opção **incorreta** acerca de auditoria no setor estadual.

- A Compete ao TCE/AC realizar auditorias de natureza contábil e financeira nas unidades administrativas do Poder Judiciário, bem como fiscalizar e julgar bens e valores públicos da administração direta e indireta.
- B Após considerar irregulares as despesas referentes a contrato firmado entre o governo do estado e determinada empresa privada, e considerar que esse gasto causará dano irreparável à economia pública, cabe ao TCE/AC propor a sustação da despesa por meio da Assembléia Legislativa.
- C Compete ao TCE/AC efetuar os cálculos das cotas do ICMS devidas aos municípios.
- D O parecer prévio emitido pelo TCE/AC sobre todas as contas da Câmara Municipal será apreciado pelos membros da própria Câmara, podendo, inclusive, não prevalecer.
- E Compete à Assembléia Legislativa apreciar as contas do TCE/AC, bem como aprovar o pedido de intervenção quando não observado, por determinado prefeito, o dever de prestar contas no prazo legal.

QUESTÃO 50

A auditoria realizada sobre informações obtidas por meio eletrônico, específico das unidades ou entidades federais, e que pressupõe a utilização de indicadores de desempenho que fundamentam a opinião do agente executor das ações de controle, é denominada auditoria

- A direta.
- B compartilhada.
- C integrada.
- D indireta.
- E simplificada.

QUESTÃO 51

Assinale a opção correta acerca dos tipos de auditoria e de suas funções e objetivos.

- A A auditoria de avaliação de gestão é responsável por certificar a regularidade das contas e verificar os contratos, com o objetivo de controlar e emitir opinião sobre as transações no que diz respeito à sua economicidade e eficiência.
- B A auditoria de acompanhamento da gestão é responsável por avaliar a gestão do ano imediatamente anterior quanto aos atos efetivos e os potenciais efeitos positivos e negativos de uma entidade, com o objetivo de subsidiar a gestão subsequente.
- C A auditoria operacional é responsável por verificar o processo de gestão com o objetivo de evidenciar as melhorias existentes e prevenir gargalos no desempenho da missão institucional.
- D A auditoria contábil é responsável por verificar a efetiva aplicação de recursos externos oriundos de agentes financeiros por entidades públicas executoras de projetos celebrados com esses agentes, com a finalidade de emitir opinião sobre a adequação e fidedignidade das demonstrações financeiras.
- E A auditoria especial é responsável por examinar somente fatos relevantes, com o objetivo de atender determinação expressa de autoridade competente.

QUESTÃO 52

Assinale a opção que apresenta a correta correspondência entre a técnica de auditoria apresentada e sua definição.

- Ⓐ A técnica de observação das atividades e condições consiste na verificação das atividades que exigem a aplicação de testes flagrantes. Entre os elementos da observação, estão a identificação da atividade específica a ser observada e a comparação do comportamento observado com os comportamentos-padrão.
- Ⓑ A técnica da confirmação externa consiste no cotejamento de elementos numéricos correlacionados.
- Ⓒ A técnica do exame dos registros abrange a verificação dos registros constantes de controles regulamentares elaborados de forma manual e pressupõe a verificação do registro de forma limitada.
- Ⓓ A técnica da inspeção física, também denominada corte das operações, representa a fotografia do momento-chave de um processo em que a evidência é coletada sobre itens tangíveis.
- Ⓔ A técnica da indagação escrita ou oral consiste no exame de processos e de atos formalizados e na análise de documentos avulsos.

QUESTÃO 53

A auditoria do controle interno deve ser registrada por meio de relatório, parecer, certificado ou nota. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

- Ⓐ No certificado de auditoria citam-se, no parágrafo final, as irregularidades que afetam a gestão.
- Ⓑ O certificado de auditoria, no caso de auditoria contábil, dispensa o número do registro do auditor no Conselho Regional de Contabilidade.
- Ⓒ É por meio do registro das constatações que os resultados dos exames realizados pelo controle interno são levados ao conhecimento do TCU.
- Ⓓ Os papéis de trabalho do auditor são documentos que não podem ser obtidos a partir de qualquer outra fonte além das informações contidas em seus próprios trabalhos de auditoria e fiscalização.
- Ⓔ O parecer do dirigente do órgão do controle interno é peça documental que externaliza a avaliação conclusiva do controle interno e deve ser inserida, compulsoriamente, nos processos de tomada e prestação de contas.

QUESTÃO 54

As técnicas de auditoria são o conjunto de processos e ferramentas operacionais de que se serve o auditor para controlar a obtenção de evidências, as quais devem ser suficientes, adequadas, relevantes e úteis para a conclusão dos trabalhos. Os procedimentos de auditoria são embasados em uma ou mais dessas técnicas, de forma que o conhecimento delas é fundamental na elaboração do programa de auditoria. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

- Ⓐ A elaboração do trabalho de auditoria deve ser planejado de forma a prever a natureza, a extensão e a profundidade dos procedimentos que nele serão empregados, sendo dispensáveis os exames preliminares.
- Ⓑ A elaboração do programa de auditoria não depende da revisão do controle interno.
- Ⓒ É dispensável que o auditor examine aspectos referentes à efetividade dos sistemas de controle interno administrativo.
- Ⓓ Uma das técnicas de auditoria é o exame físico *in loco*, que não existe por si só, já que se trata de um procedimento complementar que permite ao auditor verificar se há correspondência nos registros do órgão/entidade.
- Ⓔ Quanto mais simples e direto é um procedimento de auditoria, menos eficiente e mais dispendioso ele se torna.

QUESTÃO 55

A Constituição Federal e, em simetria, as constituições estaduais estabelecem que a fiscalização será exercida pelo Congresso Nacional, com o auxílio do TCU, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Considerando as normas constitucionais e legais relativas aos sistemas de controle interno e externo, é correto afirmar que

- Ⓐ avaliar o cumprimento de metas previstas no PPA, bem como a execução dos programas de governo, é função do controle externo.
- Ⓑ é função do controle interno fiscalizar a aplicação de subvenções e a renúncia de receitas.
- Ⓒ compete ao controle interno apreciar representações apresentadas pelas câmaras municipais acerca da não-comunicação da liberação de recursos federais.
- Ⓓ constituem objetos de exames realizados pelo controle externo os processos de tomadas de contas especial, sindicância, inquéritos administrativos e outros atos administrativos de caráter apuratório, nos órgãos da administração direta ou indireta.
- Ⓔ o procedimento ordinário de realização do controle externo dá-se pelos processos de tomada e prestação de contas, que são analisadas sob os aspectos de legalidade, economicidade, eficiência e eficácia e depois são julgadas, e o sistema de controle interno presta orientação aos administradores de bens e recursos públicos.

QUESTÃO 56

O TCE/AC é composto por

- A nove conselheiros, sendo um terço escolhido pelo governador do estado e dois terços escolhidos pela Assembléia Legislativa.
- B nove conselheiros, sendo dois terços escolhidos pelo governador do estado e um terço escolhido pela Assembléia Legislativa.
- C sete conselheiros, sendo um terço escolhido pelo governador do estado e dois terços escolhidos pela Assembléia Legislativa.
- D sete conselheiros, sendo dois terços escolhidos pelo governador do estado e um terço escolhido pela Assembléia Legislativa.
- E sete conselheiros, sendo todos escolhidos pelo governador do estado.

QUESTÃO 57

Segundo o STF, o Ministério Público do Tribunal de Contas é formado por

- A promotores de justiça estaduais.
- B procuradores de justiça estaduais.
- C procuradores da República.
- D procuradores regionais da República.
- E procuradores do Tribunal de Contas.

QUESTÃO 58

Acerca do TCU, assinale a opção correta.

- A Em qualquer julgamento realizado pelo TCU no que se refere à legalidade dos atos administrativos, deve-se assegurar o contraditório e a ampla defesa.
- B Quando a decisão do TCU puder resultar em anulação ou revogação do ato administrativo que tenha trazido benefício a alguém, deve-se observar o contraditório e a ampla defesa.
- C A anulação de ato administrativo pelo TCU pode ocorrer independentemente da instauração de processo administrativo, já que não se originam direitos de ato desse tipo.
- D Na análise da concessão inicial da aposentadoria, o TCU deve conceder ao servidor oportunidade prévia de manifestação, em respeito ao contraditório e à ampla defesa.
- E O TCU pode proceder à revisão dos atos administrativos a qualquer tempo — não havendo, portanto, decadência —, bastando, para isso, o reconhecimento da ilegalidade do ato.

QUESTÃO 59

Quanto à responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- A A absolvição do servidor público na esfera penal, por ausência de provas, afasta a responsabilidade civil do Estado.
- B O Estado arcará integralmente com o dano causado à vítima, independentemente de a culpa ser ou não exclusiva do servidor.
- C O direito brasileiro adota a teoria do risco administrativo na responsabilidade civil do Estado.
- D No direito brasileiro, adota-se a teoria da responsabilidade civil subjetiva do Estado.
- E É cabível ação regressiva contra servidor responsável por dano, apenas quando ficar comprovado que ele agiu com dolo.

QUESTÃO 60

Acerca do ato administrativo, assinale a opção correta.

- A A demissão de um servidor público, por motivo diverso do que constou da fundamentação do ato administrativo, é legal.
- B O desvio de finalidade ofende ao princípio da impessoalidade administrativa.
- C Por considerar que o motivo indicado pelo administrador não corresponde à melhor escolha, o Poder Judiciário pode anular ato administrativo discricionário.
- D O silêncio da administração é forma de manifestação da vontade, significando seu consentimento tácito.
- E O ato que exige a participação de mais de um órgão, cada um deles com manifestação de vontade autônoma, é um ato composto.

QUESTÃO 61

Na modalidade de licitação denominada pregão,

- A é lícito exigir, como condição para participar da licitação, que os licitantes adquiram o edital.
- B o pregoeiro, antes de passar para a fase da classificação, deve analisar os documentos apresentados pelos licitantes, verificando se foram cumpridas as condições constantes do edital.
- C após examinar os documentos de habilitação de todos os licitantes, o pregoeiro pode declarar quem venceu a licitação.
- D é lícita a exigência, no edital, de que o licitante apresente garantia de sua proposta, como condição para participar da licitação.
- E é proibido o pagamento de taxas e emolumentos, exceto no que se refere ao custo do edital e à utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.

QUESTÃO 62

Segundo o STF, o TCU pode instaurar tomada de conta especial, contra administradores e responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos, das entidades integrantes da

- A administração direta, somente.
- B administração indireta, somente.
- C administração indireta, incluindo-se as prestadoras de serviços públicos e as exploradoras de atividade econômica, e da administração direta.
- D administração indireta, exceto as prestadoras de serviços públicos, e da administração direta.
- E administração indireta, exceto as exploradoras de atividade econômica, e da administração direta.

QUESTÃO 63

No contrato administrativo, **não** constitui cláusula exorbitante a hipótese de

- A alteração unilateral.
- B rescisão unilateral.
- C aplicação de sanções administrativas.
- D redução dos valores da contratação.
- E ocupação provisória de bens, pessoal e serviços relacionados ao contrato de prestação de serviços.

QUESTÃO 64

O poder de polícia administrativa do Estado

- A** depende de prévia autorização do Poder Judiciário, já que o ato administrativo não se torna efetivo sem a intervenção de outro Poder.
- B** deve dirigir-se aos interesses da coletividade e não aos de um único indivíduo.
- C** autoriza a cobrança de tarifa.
- D** pode restringir a liberdade de indivíduo ou de sua propriedade apenas por meio de autorização de autoridade competente, independentemente da existência de lei.
- E** autoriza a intervenção do Estado nas relações privadas, visando proteger interesses individuais.

QUESTÃO 65

O teto remuneratório dos servidores públicos estaduais relativo ao subsídio mensal, em espécie, recebido

- A** pelo governador do estado, será o limite para os três poderes.
- B** pelos deputados estaduais, será o limite para os três poderes.
- C** pelo presidente da República, será o limite para o Poder Executivo estadual.
- D** pelo governador do estado, será o limite para o Poder Executivo estadual.
- E** pelos ministros do Superior Tribunal de Justiça, será o limite para o Poder Judiciário estadual.

QUESTÃO 66

Quanto à violação do domicílio, assinale a opção correta.

- A** O Ministério Público, visando instruir ação penal com provas documentais, poderá determinar a entrada no local de trabalho de alguém, cujo acesso é restrito, para que lá se faça a busca e apreensão de documentos.
- B** O tribunal de contas, visando instruir processo administrativo com provas documentais, poderá determinar a entrada no domicílio de alguém, cujo acesso é restrito, para que lá se faça a busca e apreensão de documentos.
- C** O Poder Judiciário poderá determinar o ingresso no escritório profissional de um advogado, no período noturno, para que lá se faça a busca e apreensão de documentos.
- D** O fisco estadual, visando aplicar uma multa, por conta da falta de pagamento de um tributo vencido e não pago, poderá determinar o ingresso no domicílio do contribuinte para que lá se faça a busca e apreensão de documentos.
- E** Em caso de incêndio, qualquer pessoa poderá entrar na residência, para prestar socorro, independentemente de autorização do morador.

QUESTÃO 67

A medida provisória

- A** pode tratar de matéria reservada a lei complementar.
- B** pode tratar de matéria penal e processual.
- C** deve ser votada primeiramente na Câmara dos Deputados.
- D** tem eficácia por 45 dias, sendo prorrogável uma única vez.
- E** depende de maioria absoluta para ser aprovada.

QUESTÃO 68

O STF tem admitido controle de constitucionalidade de

- A** lei ou ato normativo anterior à Constituição Federal.
- B** decreto autônomo, quando este não busca regulamentar uma lei.
- C** ato infra-legal, como o decreto que regulamenta lei à qual está subordinado.
- D** lei ou ato normativo estadual que se opõe à Constituição Federal, no julgamento de ação declaratória de constitucionalidade.
- E** lei ou ato normativo municipal que se opõe à Constituição Federal, no julgamento de ação direta de inconstitucionalidade genérica.

QUESTÃO 69

O membro do Ministério Público que ingressou na carreira após a Constituição Federal de 1988 e ainda está em atividade pode exercer

- A** cargo eletivo.
- B** advocacia.
- C** atividade de magistério.
- D** cargo de secretário de estado.
- E** atividade político-partidária.

QUESTÃO 70

Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- A** O advogado-geral da União não pode atuar na ação direta de inconstitucionalidade.
- B** A decisão que declarar a inconstitucionalidade de uma lei estadual, no controle concentrado, não vincula a assembléia legislativa que a aprovou, que pode, por isso, editar nova lei com idêntico teor.
- C** A decisão de declaração de inconstitucionalidade no controle concentrado vincula, inclusive, o STF.
- D** Os efeitos da decisão de declaração de inconstitucionalidade, no controle concentrado, em geral, não retroagem.
- E** A decisão de declaração de inconstitucionalidade, no controle concentrado, não vincula o estado-membro, que pode continuar a aplicar a lei.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 71

Um prefeito municipal concedeu alvará de funcionamento de quiosque na praça central do município por um período de 6 meses. Após dois meses, revogou o ato de licença de funcionamento para construir um posto de saúde naquele local, em razão de conveniência administrativa.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta no tocante ao direito administrativo brasileiro.

- Ⓐ A revogação da licença de funcionamento pelo prefeito municipal é legal se tiver como pressuposto o interesse público e a conveniência administrativa. Contudo, a administração municipal deverá arcar com os prejuízos sofridos pelo dono do quiosque.
- Ⓑ O dono do quiosque poderá recorrer ao Poder Judiciário para manter a licença de funcionamento, pois cabe ao juiz valorar os critérios de conveniência administrativa.
- Ⓒ O ato do prefeito que revogou a licença de funcionamento do quiosque produzirá efeitos *ex tunc*, ou seja, desde a origem.
- Ⓓ O ato do prefeito municipal que revogou a licença de funcionamento, por não ser discricionário, é arbitrário e ilegal.
- Ⓔ O ato do prefeito municipal que concedeu a licença é vinculado e pode ser revogado a qualquer tempo.

QUESTÃO 72

Assinale a opção correta quanto às fontes do direito administrativo brasileiro.

- Ⓐ Os regulamentos e regimentos dos órgãos da administração pública são fontes primárias do direito administrativo brasileiro.
- Ⓑ São fontes principais do direito administrativo a doutrina, a jurisprudência e os regimentos internos dos órgãos administrativos.
- Ⓒ A jurisprudência dos tribunais de justiça, como fonte do direito administrativo, não obriga a administração pública federal.
- Ⓓ A partir da Constituição de 1988, vigora no Brasil o princípio norte-americano do *stare decisis*, segundo o qual a decisão judicial superior vincula as instâncias inferiores para os casos idênticos.
- Ⓔ O costume é fonte primária do direito administrativo, devendo ser aplicado quando a lei entrar em conflito com a Constituição Federal.

QUESTÃO 73

Assinale a opção correta a respeito dos princípios da administração pública.

- Ⓐ O princípio da legalidade tem por escopo possibilitar ao administrador público fazer o que a lei permitir. No entanto, esse princípio não tem caráter absoluto, uma vez que um administrador poderá editar um ato que não esteja previsto em lei, mas que atenda ao interesse público.
- Ⓑ O princípio da moralidade administrativa está relacionado com o princípio da legalidade, mas pode um ato administrativo ser considerado legal, ou seja, estar em conformidade com a lei, e ser imoral.
- Ⓒ O princípio da publicidade não se aplica aos julgamentos realizados por órgãos do Poder Judiciário, uma vez que a presença às sessões dos tribunais é restrita aos interessados e advogados.
- Ⓓ Segundo o princípio da impessoalidade, a atividade administrativa é imputada ao agente e não aos órgãos administrativos.
- Ⓔ A publicidade dos atos administrativos é adstrita ao Poder Executivo e aos órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas do Estado do Acre.

QUESTÃO 74

Assinale a opção correta no que tange ao direito administrativo brasileiro.

- Ⓐ As instituições e empresas particulares que colaboram com o Estado no desempenho de serviços de utilidade pública integram o conceito restrito de administração pública.
- Ⓑ O princípio da separação de poderes impede o Poder Judiciário estadual, quando provocado, de imiscuir-se nas decisões administrativas das prefeituras municipais.
- Ⓒ Administrador público que não se sujeitar aos ditames da lei e praticar ato inválido no exercício de suas atividades funcionais estará sujeito à responsabilidade civil e disciplinar, pois o administrador que sofrer qualquer pena disciplinar no âmbito administrativo fica isento da penalidade na esfera criminal.
- Ⓓ As atividades do administrador público devem ser orientadas para o bem comum da coletividade administrada.
- Ⓔ O princípio da legalidade, como princípio de aplicação exclusiva da administração pública federal, significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei.

QUESTÃO 75

Um tribunal de contas estadual (TCE) condenou um prefeito municipal a devolver a quantia de R\$ 540.000,00 aos cofres públicos, além de pagar multa de R\$ 120.000,00. O prefeito é acusado de irregularidade em licitações e não teve as contas aprovadas em 2005. A denúncia foi feita pelo Ministério Público em 2004. O advogado do prefeito afirma que houve exagero do TCE e vai recorrer da decisão, pois não teve acesso aos autos em nenhum momento, apesar de vários requerimentos. Ponderou também o advogado do prefeito que a decisão do TCE não apresentava nenhuma fundamentação, violando o princípio da motivação.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta acerca do direito administrativo brasileiro.

- A A decisão do TCE é válida, pois não há obrigatoriedade de as decisões administrativas dos TCEs serem fundamentadas.
- B Segundo o princípio da segurança jurídica, não cabe ao TCE revelar o conteúdo de seus processos aos advogados e às partes.
- C A observância do princípio da eficiência no exercício das atividades administrativas não é obrigatória para os servidores que integram o TCE.
- D Não há contraditório nos processos administrativos no âmbito dos TCEs.
- E É assegurada a garantia da ampla defesa ao prefeito no processo administrativo a que responde no TCE.

QUESTÃO 76

Assinale a opção correta no que se refere aos requisitos dos atos administrativos.

- A Um administrador cuja atribuição é determinada por lei é competente para a prática de ato administrativo, mas não o é o administrador cuja atribuição é determinada por regulamento ou portaria.
- B A indicação de motivo pode ser dispensável em atos discricionários, como, por exemplo, em um ato de governador de estado publicado no diário oficial que exonera um secretário de estado do cargo que ocupa.
- C A competência é um requisito personalíssimo do ato administrativo, não se admitindo delegação e avocação.
- D Atos vinculados não dependem de motivação para sua validade.
- E Segundo a teoria dos motivos determinantes, o ato discricionário, quando motivado, não fica vinculado ao motivo que lhe serviu de suporte.

QUESTÃO 77

Assinale a opção correta relativa aos atos administrativos, segundo a doutrina do direito administrativo brasileiro.

- A Segundo classificação da doutrina, a demissão de servidor público que exerce cargo em comissão por ato de autoridade competente constitui um ato administrativo geral.
- B O ato administrativo individual precede hierarquicamente um ato normativo, como o regimento interno de um órgão da administração pública.
- C Regulamentos, portarias e resoluções são formas de atos normativos praticados pela administração pública.
- D Atos normativos são sempre irrevogáveis.
- E Atos normativos não são impugnáveis pela via judicial, cabendo à administração pública o controle desses atos.

QUESTÃO 78

Quanto à classificação dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- A Ato de expediente, também denominado de ato de autoridade, é ato de rotina interna.
- B A administração depende de autorização judicial para a prática dos atos de império.
- C O ato de nomeação de procurador-geral de justiça de Ministério Público estadual por um governador de estado constitui, segundo a doutrina do direito administrativo brasileiro, um ato administrativo simples.
- D Atos de gestão são aqueles que a administração pública pratica sem coerção sobre os administrados.
- E Atos administrativos complexos dependem de várias vontades provenientes de um mesmo órgão administrativo.

QUESTÃO 79

Em relação aos atos administrativos, assinale a opção correta.

- A Imperatividade é atributo dos atos administrativos que impõe obrigações às partes e não, perante terceiros.
- B A administração pública depende de prévia intervenção do Poder Judiciário para auto-executar seus atos.
- C O interessado no ato administrativo deverá pleitear exclusivamente pela via administrativa a suspensão do ato ainda não executado pela administração pública.
- D A auto-executoriedade é atributo do ato administrativo que independe, em qualquer caso, de previsão legal, podendo o administrador público empregar meios diretos de coerção, compelindo o administrado mediante o uso da força.
- E Se uma casa noturna próxima a uma rodovia que liga dois estados da Federação for fechada pela polícia, após intensa investigação, por traficar mulheres para o exterior e vender bebidas alcoólicas para adolescentes, nessa situação, o ato de fechamento praticado pela polícia consistirá no atributo da auto-executoriedade dos atos administrativos, segundo o qual os atos podem ser executados pela própria administração pública.

QUESTÃO 80

Ainda com relação aos atos administrativos, assinale a opção correta.

- A** A presunção de legitimidade é um atributo dos atos administrativos que diz respeito à presunção, até prova em contrário, da conformidade do ato com a lei.
- B** A presunção de legitimidade dos atos administrativos só é verificada após análise do ato pelo Poder Judiciário.
- C** O ato jurídico é espécie de ato administrativo.
- D** Como cada poder exerce uma função que lhe é própria, é correto afirmar que atos administrativos são aqueles praticados exclusivamente pelos órgãos do Poder Executivo.
- E** O Poder Judiciário pode apreciar de ofício a validade dos atos administrativos.

QUESTÃO 81

O modelo de departamentalização que consiste em atribuir a cada uma das unidades de trabalho a responsabilidade por uma função organizacional, como departamento de *marketing*, departamento de finanças, departamento de recursos humanos etc., é denominado de modelo de organização

- A** funcional.
- B** territorial ou geográfica.
- C** por produto.
- D** por cliente.
- E** por área de conhecimento.

QUESTÃO 82

Ao conjunto de premissas básicas validadas ao longo do tempo para determinado grupo, que norteia as formas de perceber, pensar, sentir e agir de todos em relação aos desafios internos e externos à organização, dá-se o nome de

- A** estratégia organizacional.
- B** estrutura organizacional.
- C** coordenação estratégica.
- D** cultura organizacional.
- E** planejamento organizacional.

QUESTÃO 83

No âmbito da gestão estratégica, o propósito de uma organização corresponde àquilo que ela gostaria de ser no futuro, à sua vontade, seu desejo de ser e de agir. Esse propósito é formado por vários elementos. Acerca desses elementos, assinale a opção correta.

- A** Visão é a razão de existência da organização.
- B** Missão é o modelo mental de estado futuro altamente desejável, compartilhado pelos dirigentes e colaboradores da organização.
- C** Posicionamento estratégico é o resultado de uma opção crucial feita pela organização entre as três seguintes opções estratégicas: fornecer produtos de ponta ou ter excelência operacional ou ter intimidade com os clientes.
- D** Princípios e valores são as limitações reais ou auto-impostas de atuação da organização e servem para dar um foco nas ações externas da empresa.
- E** Abrangência é o pilar que sustenta a organização e serve para validar e orientar qualquer estratégia proposta.

QUESTÃO 84

A respeito de conceitos relacionados à gestão estratégica, assinale a opção correta.

- A** Gestão estratégica e planejamento estratégico tradicional são conceitos idênticos.
- B** Gestão estratégica é o processo sistemático, planejado, gerenciado e acompanhado pela liderança da alta administração da instituição, envolvendo e comprometendo todos os colaboradores da organização.
- C** Planejamento estratégico é utilizado apenas ao final do processo de gestão estratégica, no momento em que se avalia se as estratégias adotadas estão surtindo o efeito que se esperava ao adotá-las.
- D** O processo de revisão estratégica pode ser deflagrado a qualquer tempo, uma vez que sua adoção prescinde da avaliação das condições de funcionamento da organização.
- E** Diagnóstico estratégico é uma forma de gestão estratégica bastante eficaz, embasada no estímulo ao crescimento e na garantia de sobrevivência da organização.

QUESTÃO 85

No que concerne às atribuições dos atores no processo de gestão estratégica, assinale a opção correta.

- A** A alta administração é que aprova o plano estratégico.
- B** O grupo de trabalho designado para formulação do plano estratégico coordena e promove a sua implantação.
- C** O proprietário do processo de gestão estratégica é quem formula o plano estratégico.
- D** O consultor é responsável por decidir acerca da implantação do processo de gestão estratégica.
- E** Os encarregados e demais empregados atuam como interface entre a alta administração e o grupo de trabalho designado para a formulação do plano estratégico.

QUESTÃO 86

Quanto à gestão de projetos, assinale a opção correta.

- A** Os projetos são feitos com a finalidade de resolver problemas rotineiros da administração e acabam se confundindo com as próprias atividades funcionais da organização.
- B** Os projetos nascem de problemas, necessidades, encomendas ou outras demandas da organização, e, por isso, o seu planejamento é dispensável.
- C** As atividades previstas no projeto devem ser implementadas de maneira sucessiva e não, simultânea.
- D** O processo de controle ocorre na fase de execução do projeto e possibilita a administração das variações relativas aos planos e a garantia de realização dos objetivos.
- E** A desmobilização e realocação da equipe e dos demais recursos ocorre na fase de execução do projeto.

QUESTÃO 87

De acordo com a configuração de redes organizacionais, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Diante da necessidade de adaptação ao ambiente de acirrada competição, organizações em todo o mundo têm recorrido a estratégias colaborativas como forma de adquirir competências que ainda não possuem. Isso implica mudanças na estratégia das organizações, que podem assumir uma variedade de formas de atuação, entre elas, a atuação em redes.
- Ⓑ As redes de organizações são um tipo de agrupamento cujo objetivo principal é fortalecer as atividades de cada um de seus participantes. Atuando em redes, as organizações podem complementar umas às outras.
- Ⓒ A confiança é um elemento que nunca estará presente no sistema de redes; por isso, os atores devem se proteger do comportamento oportunista uns dos outros e reter conhecimentos e informações para si.
- Ⓓ A formação de redes organizacionais pode ser considerada, efetivamente, uma inovação que modifica a forma de atuação das organizações, tornando-as mais competitivas, já que possibilita a realização de atividades conjuntas e o compartilhamento de informações.
- Ⓔ De modo geral, a formação de redes, em seus diversos níveis e aplicações, tem sido considerada, tanto na prática quanto na teoria, um mecanismo de flexibilização das relações entre as pessoas, capaz de potencializar o compartilhamento de informação entre organizações e indivíduos e de contribuir para a geração de conhecimento e inovação tecnológica.

QUESTÃO 88

Alguns autores vêem a cultura organizacional como a maneira costumeira ou tradicional de pensar e fazer as coisas, que é compartilhada em grande extensão por todos os membros da organização e que os novos membros devem aprender e aceitar para serem aceitos na empresa. Em relação à cultura organizacional, assinale a opção correta.

- Ⓐ A tendência atual é a de que as organizações ultrapassem a velha cultura de liderança e compromisso, substituindo-a pela nova cultura de comando e obediência.
- Ⓑ A cultura organizacional é composta de aspectos informais, como políticas, diretrizes, métodos e procedimentos, de difícil compreensão e interpretação, e de aspectos formais, como sentimentos, atitudes e valores, de fácil percepção.
- Ⓒ Os pesquisadores estão cada vez mais convencidos de que os elementos lógicos da cultura organizacional não exercem qualquer influência sobre o desempenho e os resultados da organização em um ambiente altamente competitivo.
- Ⓓ A cultura organizacional espelha a mentalidade que predomina em uma organização.
- Ⓔ A definição do planejamento estratégico da organização é que determina o nascimento da sua cultura organizacional.

QUESTÃO 89

A respeito das novas tecnologias gerenciais de reengenharia e qualidade, assinale a opção correta.

- Ⓐ A implantação da melhoria contínua é um dos grandes objetivos do processo de reengenharia.
- Ⓑ Enquanto no setor privado as políticas de qualidade são voltadas para a excelência no atendimento a todos os cidadãos, no setor público elas têm o objetivo de aumentar a competitividade com a finalidade de obtenção, manutenção e expansão do mercado.
- Ⓒ O ciclo PDCA (planejar, fazer, checar e agir) é a metodologia mais empregada nos processos de reengenharia.
- Ⓓ A cultura organizacional tende a ser um dos maiores facilitadores na implantação do processo de reengenharia, principalmente no setor público, onde há uma grande flexibilidade no sistema hierárquico.
- Ⓔ A reengenharia requer uma reestruturação radical dos processos empresariais, para que sejam alcançadas melhorias drásticas em indicadores de desempenho como custos, atendimento e velocidade.

QUESTÃO 90

Acerca da administração pública federal, assinale a opção correta.

- Ⓐ A sua organização compreende a administração indireta, com personalidade jurídica de direito público, e administração direta, com personalidade jurídica de direito privado.
- Ⓑ Não é necessária lei para a criação de autarquias e fundações.
- Ⓒ As fundações possuem patrimônio próprio, mas carecem de autonomia financeira e administrativa.
- Ⓓ A empresa de economia mista é uma entidade criada para a exploração de atividade econômica, sob forma de sociedade anônima, dotada de personalidade jurídica de direito privado.
- Ⓔ A empresa pública tem o objetivo de explorar atividade econômica que o governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa, e, nesse caso, a maioria das ações com direito a voto deve pertencer à União.

QUESTÃO 91

Os dirigentes das organizações públicas se deparam com limitações que não são encontradas nas atividades comerciais e industriais. Quanto às diferenças entre a gestão pública e a gestão privada, assinale a opção correta.

- Ⓐ A gestão privada é geralmente orientada para o bem-estar social.
- Ⓑ Na gestão pública, o funcionamento e os resultados, bons ou maus, têm impacto político.
- Ⓒ Na gestão privada, há um alto grau de interdependência entre as organizações.
- Ⓓ Na gestão pública, os objetivos econômicos e financeiros são preponderantes.
- Ⓔ Na gestão privada, as ordens e instruções estão concretizadas em leis e regulamentos.

QUESTÃO 92

No que concerne à tecnologia da informação e à cidadania, assinale a opção **incorreta**.

- A Além de dar passos largos em direção ao mundo da governança virtual nos últimos anos, o governo federal conseguiu transformar o país em uma comunidade digital, onde todos, apesar da desigualdade social, têm acesso a modernos métodos de comunicação, como a Internet.
- B Os programas Um Computador por Aluno e Computador para Todos são exemplos de programas governamentais cuja finalidade é promover a inclusão digital.
- C A criação dos telecentros comunitários é uma ação governamental que busca atingir cidadãos que não têm acesso individual à Internet.
- D A inclusão digital é vista hoje pelo governo federal como direito de cidadania e, portanto, como objeto de políticas públicas que visem à sua promoção.
- E A política atual de inclusão digital busca incluir não somente indivíduos, mas também organizações da sociedade civil.

QUESTÃO 93

A respeito do paradigma do cliente na gestão pública, assinale a opção correta.

- A A administração pública com foco no cliente visa à construção de uma gestão eficiente, mesmo que os valores democráticos tenham de ser abandonados.
- B As organizações governamentais recebem claros sinais do mercado e conseguem avaliar facilmente a necessidade dos seus clientes.
- C A administração pública voltada para o cliente menospreza a qualidade dos serviços, uma vez que o seu objetivo é atender a demanda do cidadão no menor prazo possível.
- D A gestão com foco no cliente pode ser facilmente adaptada da administração privada para o setor público, desde que a aplicação de alguns princípios básicos que regem as organizações públicas, tais como igualdade e transparência, seja amenizada.
- E Uma das principais características de uma administração pública com alto desempenho é a reestruturação de seus serviços e processos de trabalho, para satisfazer as necessidades dos seus clientes.

QUESTÃO 94

Com relação ao modelo de administração burocrática adotado no Brasil, assinale a opção correta.

- A O modelo de administração burocrática deu continuidade ao sistema patrimonialista, vigente à época da sua implantação, no qual os patrimônios público e privado se confundiam.
- B O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) foi criado com o objetivo de implantar o modelo de administração burocrática e de modernizar o Estado.
- C O modelo de administração burocrática foi implantado a partir da década passada, em uma época em que o Estado retirava-se do setor produtivo.
- D A função orçamentária, como atividade formal e permanentemente vinculada ao planejamento, já estava consagrada na gestão pública brasileira quando da implantação do modelo de administração burocrática.
- E A administração burocrática foi marcada pela estrutura organizacional enxuta, pela celeridade e simplicidade dos procedimentos administrativos do serviço público.

QUESTÃO 95

Acerca do processo de reforma da administração pública brasileira, assinale a opção correta.

- A A reforma iniciada pelo Decreto n.º 200/1967 foi uma tentativa de superação da rigidez burocrática, e pode ser considerada como o começo da administração gerencial no Brasil.
- B A reforma iniciada em 1967 propunha a centralização do poder e o fim da administração indireta.
- C Com a edição do Decreto n.º 200/1967, o concurso público passou a ser o único meio de contratação de pessoal para o serviço público.
- D Com a redemocratização do Brasil, em 1985, o país passou imediatamente do modelo de administração burocrática para o gerencial.
- E A Constituição Federal de 1988 acabou com a rigidez burocrática e possibilitou a adoção de técnicas modernas da administração gerencial, como a instauração do regime jurídico único para os servidores públicos federais.

QUESTÃO 96

O modelo de excelência em gestão pública está fundamentado nos princípios da gestão pública pela qualidade. Esses princípios **não** incluem

- A a satisfação do cliente.
- B o envolvimento de todos os servidores.
- C a melhoria contínua.
- D a gestão participativa.
- E a centralização decisória.

QUESTÃO 97

Um aspecto fundamental do planejamento e da gestão pública é a presença de dois corpos funcionais com características nitidamente distintas, um permanente — formado pelos trabalhadores de carreira — e outro não-permanente — composto por administradores políticos, substituídos a cada novo mandato. Essa descontinuidade é um dos pontos que diferenciam as organizações públicas das privadas, conferindo às organizações públicas características específicas. A respeito das características específicas das organizações públicas, assinale a opção correta.

- A Nesse tipo de organização, predominam os critérios que privilegiam a capacidade técnica em detrimento dos critérios políticos para preenchimento dos cargos em comissão disponíveis.
- B Os governos tendem a dar continuidade aos projetos das administrações anteriores.
- C Com o objetivo de ter retorno político, é prática comum nos governos privilegiar projetos que possam ser concluídos em seu mandato.
- D A administração pública oferece, principalmente, serviços dos quais ela detém o monopólio, o que propicia que sejam produzidos de maneira eficiente.
- E Há facilidade dos agentes políticos em controlar os servidores, bem como de definir e medir com exatidão os resultados da administração pública.

QUESTÃO 98

O século XX marcou a transformação da organização do serviço público em todo o mundo, que se caracterizou, principalmente, pela implantação dos modelos burocrático e gerencial de administração. No que se refere às diferenças entre os referidos modelos, assinale a opção correta.

- A A administração burocrática surgiu com o objetivo de proteger os direitos civis contra a tirania do Estado.
- B A administração gerencial concentra-se em suas próprias necessidades, enquanto a administração burocrática é orientada para o cidadão.
- C A administração gerencial atenta para os processos, sem considerar a alta ineficiência envolvida, porque acredita que este seja o modo mais seguro de se evitarem o nepotismo e a corrupção.
- D A administração burocrática parte do princípio de que é preciso combater o nepotismo e a corrupção, mas que, para isso, não são necessários procedimentos rígidos.
- E A administração pública gerencial é frequentemente identificada com as idéias neoliberais, pois as técnicas de gerenciamento foram quase sempre introduzidas ao mesmo tempo em que se implantavam programas de ajuste estrutural para enfrentar a crise fiscal do Estado.

QUESTÃO 99

A respeito da gestão pública de resultados, assinale a opção correta.

- A Nos últimos anos, o mundo tem assistido ao nascimento da postura do governo empreendedor, que não se preocupa com o cidadão como cliente, mas busca padrões otimizados de eficiência e eficácia, com ética e transparência, na gestão dos recursos públicos com responsabilidade fiscal.
- B Caracterizado pela busca pró-ativa de resultados, pela eficiência e pela eficácia da gestão pública, o modelo do governo empreendedor se contrapõe ao modelo do governo burocrático, voltado para o controle interno e para a mera conformidade com os custos orçados.
- C A gestão empreendedora preocupa-se com o cidadão como cliente, mas não tem como premissa básica o gerenciamento eficaz dos recursos tributários coletados.
- D A gestão voltada para os resultados valoriza a quantidade em detrimento da qualidade do produto obtido.
- E O contrato de gestão, pela sua característica singular, não pode ser considerado um instrumento da gestão pública de resultados.

QUESTÃO 100

A partir de 1995, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, surgiu uma nova proposta de reforma do Estado, com o objetivo de facilitar o ajuste fiscal e tornar mais eficiente e moderna a administração pública. Essa reforma administrativa parte da existência de vários setores dentro do Estado, em relação aos quais se elaboram diferentes diagnósticos e proposições. Em relação a esse assunto, assinale a opção correta.

- A Núcleo estratégico é o setor no qual são prestados serviços que só o Estado pode realizar, como atividades de regulamentação, fiscalização e fomento.
- B O setor de atividades exclusivas de Estado define as leis e as políticas públicas.
- C Serviços não-exclusivos ou competitivos são aqueles que, embora não envolvendo o poder de Estado, são realizados ou subsidiados por ele por serem considerados de alta relevância para os direitos humanos, como hospitais, escolas, centros de pesquisa e museus.
- D Produção de bens e serviços para o mercado é atividade social desenvolvida pelas organizações da sociedade civil.
- E Organizações não-governamentais são caracterizadas por desenvolver atividade econômica voltada para o lucro e que permanece no aparelho do Estado, como as atividades do setor de infra-estrutura.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Na edificação de um prédio particular, em Rio Branco – AC, foi utilizado concreto protendido. Na cidade, apenas a construtora Alfa Construções detinha essa técnica.

Paulo, presidente da autarquia Beta, do estado do Acre, pretendendo que um prédio da autarquia fosse construído com a mesma técnica utilizada no edifício citado, contratou, sem processo licitatório, a construtora Alfa Construções, por entender inexigível a licitação, uma vez que a empresa detinha notória especialização.

Durante a realização de auditoria nessa autarquia, verificou-se que a obra estava prevista na lei orçamentária e que fora firmado um aditivo contratual que elevou o valor e a dimensão da obra em 49%. Mesmo com essa elevação, o custo da obra foi menor do que a dotação orçamentária. O auditor, confrontando os preços de obras semelhantes em outros estados, observou, ainda, que os preços contratado e aditado estavam dentro de limites aceitáveis.

Com base na situação hipotética acima descrita, na condição de auditor do processo em questão, redija um relatório que contenha, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ identificação da entidade auditada e de seu gestor;
- ▶ exposição dos fatos;
- ▶ análise técnica;
- ▶ conclusão.

Não utilize linhas em branco para separar tópicos e(ou) parágrafos do seu relatório.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	